

SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DE MANDATOS EM REPOSITÓRIOS: UMA ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

SUBSIDIES FOR THE ESTABLISHMENT OF MANDATES IN REPOSITORIES: COLLECTION DEVELOPMENT APPROACH

Fabiana Vilar Silva
Simone Weitzel

Resumo: Os repositórios institucionais são instrumentos para organizar, disseminar e preservar a produção científica online livre de barreiras de acesso que prescindem da adoção de mandatos para cumprir sua missão de autoarquivamento ou depósito mediado das publicações científicas geradas no âmbito das instituições. Assim, para auxiliar no processo de elaboração de mandatos, foi considerado que os princípios para desenvolvimento de coleções seriam um instrumento teórico e metodológico útil para promover o povoamento dos repositórios e a via verde em larga escala. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é identificar e comparar os elementos de uma política de desenvolvimento de coleções presentes nas políticas formalizadas para repositórios de forma a valorizar a prática de elaboração de mandatos. Nesse bojo, busca-se investigar, por meio de um estudo descritivo, a correspondência de critérios de uma política de desenvolvimento de coleções com os mandatos de sete repositórios universitários brasileiros, comparando as práticas utilizadas por eles. Como resultado, propõe-se subsídios para a elaboração de mandatos por meio de uma abordagem teórico-metodológica da área de desenvolvimento de coleções. Por fim, conclui-se que há uma correspondência entre as políticas de desenvolvimento de coleções e os mandatos em repositórios e que a elaboração de mandatos contendo critérios de desenvolvimento de coleções podem contribuir para promover a via verde no país.

Palavras-chave: Acesso aberto. Repositórios institucionais. Mandatos. Desenvolvimento de coleções.

Abstract: Institutional repositories are tools to organize, disseminate and preserve the online and free scientific literature of the access barriers that leave out the adoption of mandates to fulfill its mission of self-archiving scientific publications generated within the institutions. Thus, to assist in the drafting of mandates process, it was considered that the principles for collection development would be theoretical and methodological tool useful to promote the self archiving and the green road. The aim of this research is to identify and compare the elements of a policy of collection development present in mandates for repositories in order to enhance the practice of drafting theses documents. In this bulge, we seek to investigate, through a descriptive study, the matching criteria of a policy of collection development to the mandates of seven Brazilian university repositories, comparing the practices used by them. As a result, it is proposed subsidies for the development of mandates through a theoretical and methodological approach of the collection development area. Finally, it is concluded that there is a correspondence between policy of collection development and mandates of repositories and the drafting of mandates containing criteria collection development can promote the green road in the country.

Keywords: Open Access. Institutional repositories. Mandates. Collection development.

1 INTRODUÇÃO

O tradicional sistema de comunicação científica passou por profundas transformações na última década do século XX no que tange à disseminação e acesso aos resultados de

pesquisas pelos cientistas as quais estão relacionadas a dois aspectos principais: primeiro, devido ao avanço e à aplicação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no sistema de publicação científica, no qual contribuíram para alterar não só a forma como pesquisadores trocavam informações, disseminavam e utilizavam a literatura científica, mas também para ampliar as possibilidades de acessá-las em meio digital via internet; segundo, em função da chamada crise dos periódicos científicos que envolve dificuldades de manutenção das coleções em bibliotecas em função dos altos preços de assinatura e, conseqüentemente, prejuízos no acesso e uso pelos pesquisadores.

Diante desses fatos e levando-se em consideração que a informação é a matéria-prima indispensável para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia de um país e que o periódico é um dos protagonistas do processo de comunicação científica, a comunidade científica começou a buscar alternativas que possibilitassem o acesso imediato e o uso da literatura científica, principalmente aquela relacionada com as pesquisas oriundas de financiamentos subsidiados com recursos públicos.

Nessa conjuntura, a comunidade científica vislumbrou iniciativas pautadas na 'filosofia aberta' como a Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI - *Open Archives Initiative*) e, posteriormente, o Movimento do Acesso Aberto à Informação (*Open Access Movement*) com o objetivo de possibilitar a constituição de uma infraestrutura para organizar, disseminar e ampliar o acesso à produção científica livre de barreiras financeiras, legais e técnicas.

Foi nesse contexto que se desenvolveram os repositórios institucionais (RIs) como uma estratégia para reunir, organizar, armazenar, disseminar e preservar a produção científica, possibilitando o aumento de sua visibilidade, seu acesso e uso. Todavia, para que essas ferramentas cumpram sua função e se consolidem, faz-se necessário o seu povoamento por meio do autoarquivamento ou do depósito mediado da produção científica gerada no âmbito de dada instituição. Esse processo é crucial para o sucesso dos RIs, uma vez que o seu êxito está tanto na quantidade quanto na qualidade dos documentos armazenados. Além disso, um RI vazio ou com poucas publicações não atende aos seus objetivos, tampouco espelha a produção científica da instituição que o representa.

Nesse cenário, a via verde (*green road*), uma das estratégias definidas pela Declaração de Budapeste (BOAI - *Budapest Open Access Initiative*), se apresenta no Movimento do Acesso Aberto como um método viável para promover tanto o depósito da produção científica de alta relevância para e pela comunidade científica nos RIs quanto o seu uso, reduzindo, assim, as dificuldades de acesso ocasionadas pelos monopólios de editores comerciais estrangeiros de periódicos científicos.

Apesar disso, estudos demonstram que o volume de depósito nessas ferramentas está muito longe de corresponder às expectativas almejadas pelos defensores dos movimentos pelo acesso aberto. Desse modo, o sucesso da via verde tem se tornado dependente da adoção de mandatos de depósito pelas instituições e agências de fomentos como instrumentos para garantir o autoarquivamento da produção nas coleções dos RIs.

O objetivo desta pesquisa é propor elementos para subsidiar a elaboração de mandatos em RIs brasileiros, tendo por base princípios da área de Desenvolvimento de Coleções (DC) uma vez que essa área apresenta os recursos teóricos, metodológicos e operacionais capazes de formar e desenvolver coleções tanto de bibliotecas quanto de repositórios e contribuir para a efetividade e promoção da via verde em larga escala. Assim sendo, busca-se analisar os mandatos de sete RIs brasileiros, por meio do estudo de casos múltiplos, identificando e comparando a presença de elementos de DC. A seleção dos estudos de casos ocorreu através da aplicação de questionário e de pesquisa documental realizada nos sites institucionais.

2 OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E AS POLÍTICAS NECESSÁRIAS

Os RIs são definidos por Crow (2002, p.4) como “coleções digitais que capturam e preservam a produção intelectual de uma ou mais universidades ou comunidades”. Produto de uma estratégia do Movimento do Acesso Aberto, o RI é uma peça fundamental para a consolidação do acesso aberto, cujo movimento visa promover o acesso amplo aos conteúdos disponíveis em formato digital, removendo barreiras de preço (pricing crises) e de permissão (permission crises), tornando a literatura científica acessível com o mínimo de restrições de uso (SUBER, 2003).

Nesse sentido, os RIs têm como função precípua "permitir o acesso organizado e livre às publicações e a toda a produção científica" (WEITZEL, 2006, p.62) e servir como indicadores tangíveis da qualidade de uma universidade, já que concentram a produção intelectual dos pesquisadores de uma instituição, sendo fácil demonstrar a relevância científica, social e econômica de suas atividades de pesquisa (CROW, 2002, p.6).

Embora a implantação de RIs tenha se dado amplamente em todo o mundo, segundo demonstram os registros do OpenDOAR (*Directory of Open Access Repositories*) e ROAR (*Registry of Open Access Repositories*), sua implementação requer um planejamento detalhado das ações a serem tomadas e englobam "aspectos políticos, legais, educacionais, culturais e alguns componentes técnicos importantes" (SAYÃO; MARCONDES, 2009, p.24).

Considerando isso, a criação de RIs por meio da instalação de um *software* apropriado apenas cria as condições necessárias para promoção do acesso aberto ao produto das

pesquisas. Nesse sentido, para que essas iniciativas logrem êxito, faz-se necessário o povoamento e o desenvolvimento de suas coleções por meio da adoção de mandatos de depósito que incentivem ou requeiram o autoarquivamento, por parte dos pesquisadores, da produção em RIs.

2.1 Os mandatos como estratégia para o povoamento dos repositórios institucionais

Conforme foi visto, para que os RIs cumpram os seus objetivos em relação ao acesso aberto, é imprescindível que a produção científica publicada pelos canais legitimados seja depositada nesses serviços de informação. Esse depósito pode ser realizado de duas maneiras distintas: (i) diretamente pelo autor ou seu representante (autoarquivamento); e/ou (ii) por intermédio da biblioteca, do gestor do repositório ou do gestor de uma coleção etc (depósito mediado) mediante autorização prévia do autor. Inicialmente, foi preconizado o depósito voluntário pelo Movimento do Acesso Aberto cujas políticas encorajavam os pesquisadores a efetuarem o autoarquivamento de suas publicações em RIs (REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL, 2009, p.11).

Todavia, estudos realizados por Sale (2006) comprovaram que a prática do depósito voluntário não contribuiu efetivamente para o povoamento dos RIs. Isso porque, segundo Harnad (2008), existem "2,5 milhões de artigos publicados anualmente no mundo em 25.000 periódicos científicos referendados em todas as disciplinas acadêmicas e científicas, em todas as instituições e em todas as línguas", sendo, ainda de acordo com Harnad (2006), apenas 15% dessa produção disponibilizada em RIs de acesso aberto em todo o mundo.

Devido aos baixos índices de resposta das políticas voluntárias, instituições têm se dedicado à elaboração de políticas ou medidas legislativas que promovam e incentivem o povoamento dos RIs a partir do autoarquivamento da produção intelectual revisada pelos pares. Isso se faz necessário, uma vez que apesar do aumento significativo de iniciativas na última década, o volume de depósito ainda é muito ínfimo e não corresponde aos anseios do Movimento do Acesso Aberto. Sobre isso, Swan (2008) salienta que as políticas voluntárias não funcionam em parte "por causa das preocupações sobre direitos autorais".

Nesse cenário, Harnad et al. (2004) observam que somente mediante a implantação de mandatos pelas instituições requerendo o depósito de artigos que se alcançará a meta de 100% da produção científica em RIs, uma vez que essas medidas são políticas que "exigem que os pesquisadores coloquem suas publicações em acesso livre no repositório institucional" (REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL, 2009, p.11).

Por outro lado, de acordo com Kuramoto (2009, p.208) esses mandatos esbarram, principalmente, nos embargos presentes nos “contratos assinados pelos pesquisadores ou autores junto aos editores das revistas” muitas vezes impedindo ou atrasando o depósito dos artigos pelos autores. Por causa dessa limitação, Harnad (2006) propôs uma estratégia conhecida como *Immediate-Deposit/Optional-Access Mandate* (ID/OA) ou *Dual Deposit/Release Strategy* (Mandato de Depósito Imediato/Acesso Opcional ou Duplo Depósito/Estratégia de Distribuição) com o objetivo de ser imune aos eventuais atrasos ou embargos provocados, geralmente, pelas políticas editoriais ou restrições de direitos autorais. Assim, é recomendado que o autor deposite imediatamente a versão final aceita pela revista, com a respectiva revisão pelos pares, em um RI. E nos casos em que o periódico possua políticas editoriais de embargos, realiza-se o depósito do arquivo e dos metadados que o descrevam, mantendo o acesso ao texto integral restrito ou fechado até que o período do embargo cesse. Para Costa (2008, p. 229) esse recurso respeita “a propriedade sobre as licenças ou permissões de acesso e uso” ao mesmo tempo em que amplia o acesso.

Portanto, para Suber (2009) a política para a promoção do acesso aberto deve ser de caráter obrigatória, sobretudo, para o financiamento de pesquisas e recomenda que a via verde seja a estratégia, no qual a política deve focar.

2.2 Elementos de formação e desenvolvimento de coleções em repositórios institucionais

Formar e desenvolver coleções são processos que permeiam a história do livro e das bibliotecas desde épocas bem remotas (WEITZEL, 2002, p.61) e assim como as bibliotecas, os RIs também precisam definir princípios para formar e desenvolver suas coleções, expressando-os em seus mandatos, uma vez que “o conteúdo será crucial para o sucesso dos repositórios [...]” (GENONI, 2004, p.300).

A importância do estabelecimento desses elementos em uma política está relacionada ao fato de que, conforme visto, um RI é um “conjunto de compromissos, decisões e atividades para administrar os materiais digitais [...]” (LYNCH, 2003, p.2). Hunter e Day (2005, p.3) reforçam essa ideia e salientam que “os RIs são coleções [que] têm seus próprios conjuntos de requisitos para DC”. Da mesma forma Leite et al. (2012, p.10) arrolam alguns elementos necessários para uma política em RIs que apresentam correspondência com uma política de DC, tais como: objetivos, formação da equipe responsável pela implantação e manutenção do repositório, prazo para o depósito e tipo de material que será depositado no RI.

Evidentemente que os princípios de uma política de DC estabelecidos para um RI podem diferir daqueles aplicados a uma biblioteca sob alguns aspectos, dado a natureza de

suas coleções, sendo necessária a definição de elementos específicos quando da elaboração dessa política para repositórios. Contudo, muitos critérios já consagrados na literatura especializada podem ser aplicados em ambos os sistemas de informação.

Sendo assim, busca-se identificar e apresentar elementos de DC encontrados na literatura da área que estão relacionados com a prática nos RIs, traçando uma correlação entre alguns dos elementos tradicionais aplicados às bibliotecas, adaptando-os, caso necessário, a fim de subsidiar a elaboração de um mandato de depósito para RIs brasileiros.

Para isso, adota-se como modelo alguns elementos sintetizados da literatura especializada por Weitzel (2013, p.74-92), nos quais devem ser considerados para a concretização de uma política de DC, a saber: identificação da missão e objetivos institucionais; perfil da comunidade; perfil das coleções; descrição das áreas e formatos cobertos; processo e política de seleção; processo e política de aquisição; [...] detalhamento de outros aspectos importantes; [...] e avaliação da política. Assim, ressalta-se que a adoção desse modelo tem como propósito viabilizar a identificação uma correspondência entre a política de DC e os mandatos em RIs com a finalidade de atingir o objetivo inicial proposto.

A identificação da missão e dos objetivos institucionais são, segundo Weitzel (2013, p.74), os primeiros elementos de uma política de DC e, assim como em uma biblioteca, um RI também precisa defini-los, devendo estar em consonância com a missão e objetivos da instituição mantenedora. Nesse sentido, a missão refere-se à vocação, a razão de ser do sistema de informação. Já os objetivos relacionam-se com as funções desempenhadas pelo RI.

Uma vez definidos a missão e os objetivos, cabe ao gestor da biblioteca estabelecer quem são os responsáveis para atingi-los. Assim, para os RIs também é necessário "[...] determinar a formação da equipe responsável pela implantação e manutenção do repositório [...]" (LEITE et al, 2012, p.10), bem como especificar quais são suas competências.

O segundo elemento de uma política de DC relaciona-se à definição do perfil da comunidade atendida, isto é, quem são seus usuários reais e potenciais, bem como quais são suas necessidades. Essa identificação é feita através de um estudo da comunidade e é possível conhecer tanto a comunidade quanto as suas características e necessidades.

Sendo assim, é mister que os RIs também efetuem a definição do perfil de sua comunidade, levando-se em conta aspectos sobre comportamento informacional dos usuários, onde publicam e sobre como eles se comunicam com a comunidade científica, a fim de determinar as diretrizes de funcionamento dos sistemas, bem como os serviços oferecidos, já que “a avaliação das necessidades permitirá definir com maior segurança o que o repositório

oferecerá como serviços à sua comunidade e conhecer os elementos que compõem suas demandas atuais e futuras” (LEITE, 2009, p.52).

O terceiro elemento diz respeito ao perfil das coleções e refere-se a um processo cuja realização baseia-se na “análise quantitativa e qualitativa da coleção” (MIRANDA, 1978, p.23) por meio do qual é possível identificar o *status quo* da coleção.

Em repositórios a tomada de decisão a respeito desse elemento é realizada à medida que se estabelece o escopo e a tipologia documental das coleções (texto, imagem, áudio e vídeo). A definição desses critérios deve estar em consonância com as características e objetivos do repositório, seja ele institucional, temático, de dados científicos, de recursos de aprendizagem, dentre outros, bem como com as características da comunidade a qual serve. Além disso, deve ser orientada quanto ao tipo de abordagem das coleções: rígida ou flexível.

Na abordagem rígida, os repositórios "devem priorizar conteúdos que foram submetidos ao processo de avaliação pelos pares, especialmente artigos de periódicos, sejam eles *pré-prints* ou *pós-prints*" (LEITE, 2009, p.28). Já na abordagem flexível, os repositórios "amplia[m] a sua destinação e contempla[m], além da literatura científica avaliada por pares, outros conteúdos de natureza acadêmico-científica produzidos por membros da instituição" (LEITE, 2009, p.28).

Além de definir os tipos de materias que podem compor o acervo, é imprescindível que os repositórios também estabeleçam aqueles que não se aplicam. Sobre isso, Rodrigues (2004, p. 25) alerta que o "acesso livre não se aplica a livros relativamente aos quais os autores pretendam obter receitas, ou textos não acadêmicos, como notícias ou ficção."

A descrição das áreas e formatos cobertos é o quarto elemento de uma política de DC e consiste na identificação dos assuntos que constituem ou não o acervo, bem como o grau de suporte continuado para as coleções (FIGUEIREDO, 1998, p.42).

Em bibliotecas, as áreas e suas prioridades são definidas com o auxílio de uma estrutura para formação de coleções estabelecidas por meio do uso de alguns recursos e estratégias, tais como os níveis de coleção da American Library Association (ALA), as dimensões básicas recomendadas por Miranda (1978) ou ainda pelo Método Conspectus da International Federation of Library Associations (IFLA) (WEITZEL, 2013, p.88).

Já em RIs, essa definição ocorre quando se estabelece a forma de organização da produção nas comunidades e subcomunidades e quais serão os tipos de coleções. Nesse sentido, Leite (2009, p.66) descreve três maneiras de organização de conteúdos em RIs, como segue: a) Comunidades formais (conteúdos organizados de acordo com a estrutura organizacional); b) Comunidades temáticas (conteúdos organizados por temas); c)

Comunidades de interesse (conteúdos organizados por interesses dos seus integrantes), sendo possível o uso da combinação dessas três formas, caracterizando as 'comunidades híbridas'.

O quinto elemento de uma política de DC refere-se ao processo de seleção e consiste em selecionar materiais informacionais para formar coleções, ou seja, "é um momento de decisão sobre quais e que tipos de materiais serão passíveis de compor o acervo" (VERGUEIRO, 2010, p.5), sejam eles em bibliotecas ou RIs.

Esse processo é fundamental para os RIs, já que o seu êxito está na quantidade e qualidade dos documentos armazenados. Porém, de acordo com Baptista et al. (2007, p.5) um RI não é um armazém com tudo o que produzido em uma instituição, e sim uma de suas "faces visíveis" contendo "apenas material previamente sujeito a controle de qualidade" tais como artigos, teses e dissertações.

Nesse sentido, Hunter e Day (2005, p. 3) chamam a atenção para três quesitos quanto aos conteúdos que formam as coleções de um RI: escopo da coleção⁹⁵, qualidade do conteúdo e formato de saída. Esses elementos remetem aos critérios de seleção utilizados em bibliotecas, mas são específicos para RIs.

Em termos de qualidade do conteúdo depositado em um RI, a literatura do Movimento do Acesso Aberto preconiza que apenas documentos publicados ou submetidos para publicação e já aprovados por pares podem ser depositados. Contudo, é possível que "materiais não-revisados [...] possam ser submetidos para o repositório, mas devem ser distinguidos de alguma forma dos documentos avaliados" (HUNTER; DAY, 2005, p.4).

No que concerne aos formatos de saídas dos objetos digitais, um repositório "pode decidir que ele só suportará automaticamente formatos populares como HTML, PDF, PostScript, TeX ou TIFF, embora ele possa ser capaz de considerar outros formatos bem documentados" (HUNTER; DAY, 2005, p. 4). É certo que existe uma gama de formatos que se dividem entre livres e proprietários e o seu uso depende do *software* utilizado e da tipologia de documentos colecionados.

Independentemente dos critérios de seleção pré-estabelecidos, é importante salientar que em um repositório "só devem ser armazenados os documentos referentes à publicação científica dos membros da instituição que o mantém" (LEITE et al., 2012, p.24) ou ainda por aqueles que possuem algum vínculo com a instituição.

⁹⁵ Embora o 'escopo' seja abordado juntamente com a qualidade e o formato dos documentos, esse critério deve ser visto como um nível marco, pois se relaciona à tipologia documental aceita em um RI, sendo, portanto, um elemento da política de DC e não um elemento de seleção.

Desse modo, tal qual é realizado em bibliotecas, "a seleção do material que fará parte do RI deverá ser ditada por uma política institucional" (LEITE et al., 2012, p.8), caracterizada como "um instrumento de trabalho para apoiar as decisões de seleção" (VERGUEIRO, 2010, p.72), a fim de orientar a tomada de decisão à respeito das coleções.

Uma vez definidos os critérios de seleção, cabe estabelecer os princípios para a realização do povoamento do repositório, ou seja, como serão 'adquiridos' seus conteúdos,

A atividade de aquisição, sexto elemento de uma política de DC, "envolve a localização e aquisição de itens identificados como apropriados para a coleção" (EVANS, 2000, p.313). Em repositórios, esse processo é de suma importância para sua consolidação, já que um repositório vazio ou com poucos documentos não cumpre sua missão e objetivos institucionais. Assim a modalidade de aquisição aqui se refere ao autoarquivamento ou depósito mediado das publicações em acesso aberto.

Leite et al. (2012, p.10) e Leite (2009, p.68) destacam a importância de se estabelecer "quem poderá realizar o depósito" (realizado pelo autor ou mediador em dois modos: diretamente no RI ou sob uma instância de avaliadores antes do item ser disponibilizado no RI), bem como as responsabilidades de cada ator no fluxo de trabalho. No caso de haver uma instância para revisão e aprovação dos conteúdos, verifica-se se as publicações depositadas cumprem os atributos estabelecido na política. Esse procedimento permite que a instituição detenha controle se o depositante tem autoridade para fazê-lo, se o documento pertence ao escopo da coleção e/ou se os metadados associados têm a qualidade adequada (HUNTER; DAY, 2005, p.4).

Também faz parte do escopo do processo de aquisição especificar a existência ou não de limite de tamanho para os arquivos individuais, para professores membros ou coleções (BARTON; WATERS, 2004, p.108), bem como o estabelecimento de prazos para que a comunidade científica realize o depósito das pesquisas. Assim, deve-se considerar as três classificações de tipos de depósitos definidas pelo Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (2009, p.12), a saber: (1) depósito imediato com acesso livre imediato; (2) depósito adiado, após o período de embargo; e (3) depósito imediato com acesso opcional, de modo a respeitar as políticas editoriais.

Considerada até aqui a correlação dos RIs com os elementos comumente presentes em uma política de DC em bibliotecas, cabe ressaltar que, devido à natureza de suas coleções, os repositórios requerem aplicação de requisitos específicos em seus mandatos e que não foram contemplados naqueles elementos, tais como: acesso e direitos autorais.

A gestão das coleções em bibliotecas sempre exigiu a tomada de decisão a respeito de quem poderia acessar os materiais sob sua guarda e em quais circunstâncias. Assim, apesar dos RIs apoiarem o acesso aberto, também é fundamental que se controle e administre as permissões de acesso aos conteúdos, especialmente, aqueles que possuem restrições pautadas em políticas editoriais ou que exijam confidencialidade em algum grau. Sobre isso, Viana e Márdero Arellano (2006, p.10) destacam que existem dois tipos básicos de acesso, a saber: a) “o acesso livre ao conteúdo do RI, para o público em geral, excetuando-se o caso dos documentos considerados confidenciais; b) o acesso restrito, no caso daqueles que não são disponibilizados integralmente”.

No que concerne aos direitos autorais e patrimoniais, Barton e Waters (2004, p.93) explicam que os direitos de propriedade intelectual referem-se, geralmente, à posse e aos direitos sobre os trabalhos produzidos e distribuídos tanto online quanto por meio impresso. Nesse sentido, as autoras salientam que esses direitos oferecem “proteção aos autores de conteúdos para controlar como seus materiais podem ser usados e distribuídos [...]”.

Nesse sentido, é vital que os gestores de RIs entendam adequadamente como as leis de direitos autorais afetam o sistema, a instituição mantenedora e os autores, já que precisam lidar com essas questões em dois momentos: (i) na aquisição de conteúdos, quando os autores devem assegurar os direitos para distribuir e preservar os conteúdos armazenados; e (ii) na distribuição de conteúdos para os usuários finais, quando devem equilibrar os princípios do acesso aberto com a proteção dos direitos autorais (BARTON; WATERS, 2004, p.93).

Levando esses aspectos em consideração, a questão chave para os RIs é tentar “garantir que eles não estejam infringindo involuntariamente os direitos autorais ou outros direitos de propriedade intelectual” (HUNTER; DAY, 2005, p. 5). Assim, é prática que os RIs solicitem, no momento da submissão, que o responsável pela titularidade dos direitos do documento conceda uma autorização formal de modo a confirmar se ele pode realizar o *upload* do arquivo. Além disso, é solicitado a atribuição de uma licença⁹⁶, determinando o tipo de uso e distribuição permitidos para o material.

Essas licenças, de acordo com Barton e Waters (2004, p.93) são contratos legais que permitem que os conteúdos possam ser distribuídos e referem-se à dois tipos:

licença de depósito: acordo entre o autor (ou detentor dos direitos autorais) e a instituição assegurando ao repositório o direito de distribuir e preservar o trabalho;

⁹⁶

Atualmente a licença mais utilizada pelos RIs é a licença *Creative Commons* (CC).

licença de uso: acordo entre o autor (ou detentor dos direitos autorais) e os usuários finais que norteiam o uso que pode ser feito do trabalho.

Retomando os elementos já elencados por Weitzel (2013, p.74-92) ainda devem constar em uma política de DC: o detalhamento de outros aspectos importantes e a avaliação da política. O primeiro quando aplicados em bibliotecas representam elementos "que não encontraram seu lugar nas etapas anteriores" (WEITZEL, 2013, p.90) da política de DC. Em RIs eles podem ser referir a determinações a respeito de acordos cooperativos com outras instituições; recomendação de se publicar em periódicos de acesso aberto; mecanismos de promoção e incentivo para maximizar o percentual de depósitos; procedimentos para integração com outros sistemas nacionais e internacionais e/ou sistemas corporativos da instituição, se houver; rotinas para *backup* dos conteúdos, dentre outros fatores que se julgar necessário incluir. Já o segundo refere-se à necessidade de se estabelecer a periodicidade e a competência para a realização da revisão e ajuste do documento. Sobre isso, Evans (2000) recomenda que esse trabalho seja realizado periodicamente e que o documento seja suficientemente flexível de modo a permitir inclusões e/ou modificações, a fim de refletir a realidade tanto das bibliotecas quanto dos repositórios.

Diante do exposto, é possível sintetizar, por meio do quadro 1, a correlação entre alguns princípios de DC para bibliotecas e aqueles que podem ser aplicados nos mandatos dos RIs, embora se perceba que foram identificados e incluídos elementos específicos para esses últimos em razão de suas características e natureza de suas coleções.

QUADRO 1 – Correlação dos processos de formação e desenvolvimento de coleções: bibliotecas x repositórios institucionais

BIBLIOTECAS CLÁSSICAS		REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	
<i>Elementos de DC</i>	<i>Autores</i>	<i>Elementos de DC</i>	<i>Autores</i>
Missão e objetivos	Pinheiro (2007); Weitzel (2013)	Missão e objetivos	Leite et al (2012)
Perfil da comunidade	Figueiredo (1994); Maciel e Mendonça (2000)	Perfil da comunidade (usuários)	Leite (2009)
Perfil das coleções	Miranda (1978)	Perfil das coleções (escopo)	Genoni (2004); Crow (2002); Bustos-Gonzalez, Fernandez-Porcel e Johnson (2007); Rodrigues (2004); Leite (2009); Lynch (2003)

(Cont.)

BIBLIOTECAS CLÁSSICAS		REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	
<i>Elementos de DC</i>	<i>Autores</i>	<i>Elementos de DC</i>	<i>Autores</i>
Descrição das áreas	Figueiredo (1998); Weitzel (2013)	Estrutura das coleções (organização)	Leite et al (2012); Leite (2009)
Seleção	Vergueiro (2010); Figueiredo (1998)	Seleção (qualidade e formato)	Genoni (2004); Baptista et al (2007); Hunter e Day (2005); Tomaél e Silva (2007); Leite et al (2012)
Aquisição	Evans (2000); Andrade e Vergueiro (1996)	Aquisição (responsável, tipo de depósito, fluxo de trabalho, prazo)	Genoni (2004); Leite et al (2012); Leite (2009); Barton e Waters (2004); Bustos-Gonzalez, Fernandez-Porcel e Johnson (2007); Proudman (2008); Hunter e Day (2005)
Acesso	-	Acesso (controle e níveis)	Genoni (2004); Hunter e Day (2005); Viana e Márdero-Arellano (2006); Crow (2002)
Direitos autorais	-	Direitos autorais e patrimoniais (autorização de depósito, atribuição e tipo de licença)	Barton e Waters (2004); Rodrigues (2004); Hunter e Day (2005)
Detalhamento dos aspectos importantes	Weitzel (2013)	Detalhamento dos aspectos importantes (backup, integração de sistemas, convênios, recomendações diversas etc)	-
Avaliação da política	Evans (2000)	Avaliação da política (periodicidade e responsabilidade)	-

Fonte: O autor (2014).

Cabe ressaltar que a definição de elementos gerais e específicos de DC aplicados aos mandatos dos repositórios servirão como variáveis para a análise dos estudos de casos múltiplos.

3 MARCO EMPÍRICO

Conforme visto, o foco desse estudo concentra-se na análise dos mandatos de sete RIs brasileiros, a saber: a) Repositório Institucional da Universidade de Brasília – RIUnB; b) Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe – RIUFS; c) Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo – BDPI; d) Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia – RIUFBA; e) Repositório Institucional Universidade Federal

do Ceará – RIUFC; f) Repositório Institucional Universidade Federal do Rio Grande do Norte – RIUFRN; g) Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – LUME.

A escolha dos RIs que receberam o questionário ocorreu de forma intencional e seguiu alguns critérios pré-estabelecidos, a saber: a) constar no *Ranking Web of World Repositories* (*Webometrics*) do *Cybermetrics Lab* publicado em julho de 2013; b) ser um RI brasileiro; c) ser um RI universitário federal público; e/ou d) ser um RI de um instituto de pesquisa. Assim, de um universo de 37 experiências brasileiras identificadas foram selecionadas 20 e dessas, 7 responderam ao questionário contemplando as condições de apresentar mandatos formalmente aprovados. Dados foram complementados a partir da pesquisa documental nos sites dos RIs e outras fontes.

3.1 Coleta e análise dos dados

Para ilustrar a identificação dos principais elementos de uma política de DC nos mandatos dos sete RIs selecionados como unidades-casos dessa pesquisa, foi elaborado um quadro-síntese permitindo, assim, comparar os dados coletados para subsidiar a elaboração de mandatos em RIs.

QUADRO 2 - Análise comparativa dos mandatos dos repositórios analisadas

		REPOSITÓRIOS ANALISADOS						
QUESTÕES AVALIADAS		RIUnB	RIUFS	BDPI	RIUFBA	RIUFC	RIUFRN	LUME
ELEMENTO 1: Desenvolvimento de coleções	Missão							
	Objetivos		X	X				X
	Responsável(is) pela gestão	X	X	X	X	X	X	X
	Perfil da comunidade (usuários)		X	X				
	Perfil das coleções (escopo)	X	X	X	X	X	X	X
	Estrutura das coleções (organização)							X
ELEMENTO 2: Seleção	Qualidade dos documentos	X	X	X	X	X	X	X
	Formato de saída dos documentos							

(Cont.)

		REPOSITÓRIOS ANALISADOS						
QUESTÕES AVALIADAS		RIUnB	RIUFS	BDPI	RIUFBA	RIUFC	RIUFRN	LUME
ELEMENTO 3: <i>Aquisição</i>	Responsável(is) pelo depósito	X	X	X	X	X	X	
	Responsável(is) pela revisão e aprovação			X				
	Fluxo de trabalho							
	Limite para tamanho do documento							
	Prazo para depósito	X	X	X	X	X	X	
ELEMENTO 4: <i>Acesso</i>	Responsável(is) pelo controle de acesso		X					
	Nível de acesso aos documentos	X	X	X	X	X	X	X
ELEMENTO 5: <i>Direitos autorais e patrimoniais</i>	Solicitação de autorização para depósito	X	X			X	X	X
	Atribuição de licença					X		X
	Tipo de licença (uso e distribuição)					X		X
ELEMENTO 6: <i>Detalhamento de outros aspectos importantes</i>	Rotina e periodicidade de <i>backup</i>							
	Acordos de cooperação (convênios com instituições)			X				
	Integração com outros sistemas	X	X	X	X	X	X	
	Recomendação para publicar em periódico de acesso aberto que autorize o depósito da publicação em repositórios	X	X	X	X			
ELEMENTO 7: <i>Avaliação da política</i>	Periodicidade para revisão e atualização							
	Responsável(is) pela revisão e atualização	X						

Fonte: O autor (2014).

A análise deste quadro comparativo permite verificar que há concentração na definição de critérios que compõem o Elemento 1: Desenvolvimento de coleções, principalmente no que tange à especificação do perfil das coleções (escopo), observando-se que a adoção da abordagem rígida dá-se em maior relevância do que a abordagem flexível.

Percebe-se que todas as unidades-casos privilegiam o estabelecimento de critérios de qualidade dos documentos depositados, adotando a revisão pelos pares e a avaliação de uma banca de especialistas como padrão de qualidade para as suas coleções, consequência da decisão pela abordagem rígida de conteúdos. Em contrapartida, não se nota preocupação com a especificação de formatos de documentos aceitos e nem tampouco se é permitido o depósito de arquivos em extensões livres e/ou proprietárias.

Verifica-se que há uma tendência entre as experiências analisadas de estabelecer os responsáveis pelo depósito dos documentos em sua coleções, bem como definir os prazos específicos para sua realização, respeitando os embargos constantes em cláusulas contratuais. Contudo, seus mandatos não apresentam a determinação sobre os responsáveis pela revisão e aprovação dos conteúdos.

Nota-se que a incidência de informações a respeito dos direitos autorais e patrimoniais nos referidos mandatos está focada na solicitação de autorização para depósito mediante assinatura de um termo do autor. Em adição, observa-se que o detalhamento dos aspectos importantes concentram-se na determinação da capacidade dos RIs se integrarem a outros sistemas e de recomendação em se publicar em periódicos de acesso aberto que permitem o depósito das publicações em RIs.

Por fim, verifica-se que nesses mandatos há uma predominância de elementos que se correlacionam com aspectos relativos ao DC, seleção e aquisição de documentos para povoar os RIs.

4 PROPOSTA DE SUBSÍDIOS PARA MANDATOS EM RIS BRASILEIROS

Como resultado da pesquisa, pode-se propor a adoção de sete elementos gerais e específicos que compreendem alguns quesitos pré-determinados para a composição de um mandato, a fim de garantir o funcionamento e a consolidação dos RIs brasileiros.

1º Subsídio: Desenvolvimento de coleções a) Objetivos esperados: Definir a missão e objetivos do RI. Estabelecer os responsáveis pela sua gestão. Caracterizar o perfil de sua comunidade. Especificar o escopo e a estrutura das coleções. b) Ações a serem realizadas:

- estabelecer a missão e objetivos do RI. Recomenda-se que esses direcionadores estratégicos estejam concernentes com os da Instituição mantenedora;

- especificar os responsáveis pela gestão do RI e caso ele seja administrado por meio de um comitê gestor, sugere-se que se determine sua composição, estabelecendo o número de membros e quais Unidades participantes. Recomenda-se a formação de uma equipe multidisciplinar, estabelecendo as suas competências quanto aos aspectos gerenciais, operacionais, técnicos e lógicos;
- caracterizar o perfil da comunidade, ou seja, o público-alvo do RI. Indica-se a realização de um estudo da comunidade, a fim de verificar quais são as demandas atuais e futuras para definir com maior segurança os serviços oferecidos aos seus usuários;
- determinar qual é o escopo das coleções do RI, relacionando quais são os tipos de documentos aceitos, além daqueles que estão desobrigados do depósito. Recomenda-se que os gestores definam se o repositório adotará, à priori, a abordagem rígida ou flexível;
- especificar a estrutura para formação das coleções, ou seja, como são organizados os conteúdos depositados no RI, destacando a decisão sobre o uso de comunidades formais, de comunidades temáticas ou de grupos de interesses. Nesse cenário, para os repositórios universitários indica-se o uso do primeiro modelo. Cabe observar que o modelo escolhido deve atender às necessidades do RI e da comunidade atendida.

❖ **2º Subsídio: Seleção:** a) Objetivos esperados: Determinar a qualidade dos documentos depositados no RI e especificar os formatos de saída permitidos. b) Ações a serem realizadas:

- estabelecer qual a qualidade dos documentos aceitos no RI. Para isso, sugere-se que seus gestores definam se podem ser depositados nas coleções apenas arquivos revisados por pares ou que passaram por uma banca de especialistas, nos casos de teses e dissertações, conforme preconiza o Movimento do Acesso Aberto ou se são aceitos também materiais não revisados. Detalhar se serão aceitos apenas documentos completos ou também parciais, atuais ou retrospectivos etc e documentos de baixa qualidade;
- identificar os formatos dos documentos aceitos ou não pelo RI. Recomenda-se a adoção de formatos abertos em contraposição aos padrões proprietários. É mister levar em consideração que os tipos de arquivos depositados influenciarão diretamente os processos de preservação digital das coleções;

❖ **3º Subsídio: Aquisição:** a) Objetivos esperados: Descrever os responsáveis pela submissão dos documentos nas coleções do RI, bem como os responsáveis pela aprovação dos itens depositados. Identificar se há limite de tamanho para documento

submetido. Especificar fluxo de submissão e prazo para depósito dos resultados das pesquisas. b) Ações a serem realizadas:

- estabelecer quem pode submeter documentos às coleções do RI , elencando os membros da comunidade acadêmica institucional. Em adição, definir se o depósito pode ser totalmente realizado pelo autor ou seu representante ou se é mediado. Nesse bojo, orienta-se que os gestores incentivem o autoarquivamento, a fim de povoar o sistema e garantir que 100% de sua produção esteja disponível livremente;
- descrever quem são os responsáveis pela revisão e aprovação dos documentos submetidos ao RI , assinalando o(s) órgão(s) responsável(is) pelo processo de controle da qualidade. Desse modo, propõe-se que seja designado o profissional bibliotecário para efetuar a validação dos documentos antes de ser disponibilizado seu acesso;
- instituir um fluxo de trabalho, descrevendo os responsáveis por cada etapa (submissão, pós-submissão e depósito) e quais são suas competências e especificar se há um limite de tamanho individual para cada documento depositado, para depositante ou para uma coleção e qual seria a limitação máxima permitida, caso ela exista;
- indicar um prazo para depósito dos trabalhos publicados nos veículos de comunicação científica, assinalando um período máximo para que essa atividade seja realizada. Além disso, é fundamental que se defina um procedimento a ser adotado em caso de impossibilidade do depositante atender o prazo pré-estabelecido.

❖ **4º Subsídio: Acesso:** a) Objetivos esperados: Especificar quem é o responsável pelo controle de acesso aos documentos depositados no RI , além de detalhar quais são os níveis de acesso permitidos às coleções. b) Ações a serem realizadas:

- determinar os responsáveis por controlar as permissões de acesso ao conteúdo depositados nas coleções do RI , principalmente aqueles pautadas em políticas editoriais;
- descrever quais os tipos de níveis de acesso os usuários podem ter sobre os documentos armazenados no RI, detalhando se os documentos são de acesso aberto, embargado, acesso restrito para uso somente através dos computadores da Universidade ou restrito completamente.

❖ **5º Subsídio: Direitos autorais e patrimoniais:** a) Objetivos esperados: Especificar necessidade de requerer uma autorização para depósito no RI. Estabelecer necessidade de atribuir uma licença, bem como descrever os tipos de licenças públicas aplicadas aos documentos. b) Ações a serem realizadas:

- descrever a necessidade do requerimento da assinatura de um termo de autorização de autor, consentindo ao RI permissão para depositar, disponibilizar e preservar digitalmente o documento depositado. Desse modo, orienta-se que o formulário de autorização contenha uma declaração de que o material submetido às coleções é original e que o autor detém a anuência de conceder os direitos solicitados pelo repositório e que ele não está infringindo os direitos de autor de qualquer outra pessoa ou entidade;
- especificar a obrigatoriedade de se atribuir uma licença de depósito e de uso para os documentos no RI. Recomenda-se o uso da licença pública *Creative Commons*;
- determinar quais os tipos de licenças aplicadas aos documentos depositados podem ser utilizadas no RI (CC BY: Atribuição; CC BY-AS: Atribuição-CompartilhaIgual; CC BY-ND: Atribuição-SemDerivações; CC BY-NC: Atribuição-NãoComercial; CC BY-NC-AS: Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual; e CC BY-NC-ND: Atribuição-SemDerivações-SemDerivados).

❖ **6º Subsídio: Detalhamento de outros aspectos importantes:** a) Objetivos esperados: Estipular a rotina e periodicidade em que os *backups* são realizados. Estabelecer acordos de cooperação e integração com outros sistemas, buscando apoio estratégico e financeiro da Instituição mantenedora. Orientar quanto à necessidade de se publicar em veículos de comunicação científica em acesso aberto. b) Ações a serem realizadas:

- definir a periodicidade e os requisitos para a realização de *backups*, a fim de garantir que não haja perdas de documentos depositados no RI;
- definir competências para a realização de acordos de cooperação e/ou convênios com instituições com fins diversos, tais como: com editoras comerciais para assegurar o depósito dos resultados das pesquisas publicadas em revistas científicas no RI, respeitando os períodos de embargos pré-estabelecidos; com outras instituições com fins de preservação digital e racionalização de recursos financeiros;
- especificar se o RI mantém integração com outros sistemas. Recomenda-se a adoção de mecanismos que garantam a interoperabilidade com sistemas nacionais e internacionais, bem como com sistemas da própria Instituição;
- orientar a comunidade acadêmica atendida pelo RI sobre os benefícios de se publicar em canais formais de comunicação científica em acesso aberto que autorizem o depósito do resultado da pesquisa em repositórios.

❖ **7º Subsídio: Avaliação da política:** a) Objetivos esperados: Definir periodicidade para revisão e atualização da política de depósito mandatória, bem como estipular equipe responsável por esse processo. b) Ações a serem realizadas:

- estabelecer um prazo para avaliação das diretrizes contidas no mandato do RI para que retratem a realidade do repositório tanto em termos de produtos quanto de seus serviços;
- designar os responsáveis pelo acompanhamento, avaliação e atualização da política de depósito mandatória. Recomenda-se um comitê gestor do RI para realizar essa tarefa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto no decorrer desse trabalho, os RIs surgiram como importantes ferramentas para reunir, organizar, armazenar, disseminar e preservar a produção científica mundial, configurando-se como uma estratégia para acesso à produção científica. No entanto, embora a implantação dessas ferramentas tenham se dado amplamente, registrando-se um significativo crescimento nos últimos anos, estudos demonstram que o percentual da produção científica armazenada, tanto em âmbito nacional quanto internacional, ainda está aquém de corresponder à expectativa de se ter 100% da produção científica disponível em acesso aberto.

Sendo assim, destaca-se a importância da adoção de mandatos, por parte de universidades e institutos de pesquisa, com o objetivo de requerer o depósito imediato (ou seus metadados) dos resultados de pesquisas nos RIs de acesso aberto, a fim de promover a via verde. Foi proposto que os princípios para DC seria um instrumento teórico e metodológico útil para auxiliar na elaboração de políticas mandatórias bem como para o povoamento dos RIs e a promoção da via verde em larga escala. Assim, a pesquisa procurou estabelecer as correlações por meio de modelo teórico (revisão de literatura) e um prático (o estudo de casos múltiplos).

A partir da análise dos sete repositórios (coleta de dados por meio de questionários e pesquisa documental) foi possível verificar que existe uma preocupação por parte dos gestores de RIs analisados, mesmo que não intencional, na definição de alguns elementos específicos do processo e política de DC, seleção e aquisição de conteúdos para formarem os acervos dos repositórios os quais foram importantes para compor a proposta para apoiar a elaboração de políticas mandatórias, a saber: DC, Seleção, Aquisição, Acesso, Direitos autorais e patrimoniais, avaliação e Detalhamento de outros aspectos importantes.

O objetivo proposto ao iniciar essa pesquisa foi cumprido e possibilitou observar que há uma relação entre os elementos de DC aplicados em bibliotecas clássicas com as práticas realizadas nos RIs apesar de poucos estudos sobre o tema. Em adição, também foi possível

constatar que existe uma correspondência entre as políticas de depósito mandatórias e as políticas de DC, o que permitiu a elaboração de um produto final que pode contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento dos RIs à luz das práticas da Biblioteconomia, uma vez que a área de DC também apresenta os recursos teórico-metodológicos necessários para o crescimento equilibrado das coleções dos RIs.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, A. A. et al. Comunicação científica e o papel da Open Archives Initiative no contexto do Acesso Livre. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. esp., p. 1-17, 1. sem. 2007. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8727/1/2007EncontrosBibli.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2012.
- BARTON, M. R.; WATERS, M. M. **Creating an institutional repository**. [Cambridge]: MIT, 2004. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/26698/Barton_2004_Creating.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 jan. 2012.
- BUSTOS-GONZALEZ, A.; FERNANDEZ-PORCEL, A.; JOHNSON, I. (Coord.). **Diretrizes para criação dos repositórios institucionais nas universidades e organizações de educação superior**. [S.l.]: Babel Library, 2007. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/13512/>>. Acesso em: 14 ago. 2013.
- COSTA, S. M. S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 218-232, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/281/172>>. Acesso em: 24 ago. 2013.
- CROW, R. **The case for institutional repositories**. Washington: Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition, 2002. Disponível em: <http://scholarship.utm.edu/20/1/SPARC_102.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.
- EVANS, G. E. Developing library and information center collections. 4th ed. Englewood: L. Unlimited, 2000.
- FIGUEIREDO, N. M. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Thesaurus, 1998.
- GENONI, P. Content in institucional repositories. **Library Management**, v. 25, n. 6-7, p. 300-306, 2004.
- HARNAD, S. Waking OA's "slumbering giant": the university mandate to mandate open access. **New Review of Information Networking**, v. 14, n. 1, p. 51-68, 2008. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/17298>>. Acesso em: 24 ago. 2013.
- HARNAD, S. Optimizing OA self-archiving mandates: what? Where? When? Why? How? **Technical Report**, ECS, University of Southampton, 2006. Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/263098/1/arch.html>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

HARNAD, S. et al. The green and the gold roads to Open Access. **Nature web focus**, 2004. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/focus/accessdebate/21.html>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

HUNTER, P.; DAY, M. **Institutional repositories, aggregator services and collection development**. Bath: University of Bath, 2005. Disponível em: <<http://eprints-uk.rdn.ac.uk/project/docs/studies/coll-development/coll-development.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2012.

KURAMOTO, Hélio. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, Luis et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 203-217.

LEITE, Fernando César Lima. Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira. Brasília: IBICT, 2009.

LEITE, Fernando César Lima et al. **Repositórios institucionais**. Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>>. Acesso em: 1 set. 2013.

LYNCH, Clifford A. Institutional repositories. **ARL**, n. 226, p. 1-7, Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

MIRANDA, A. **Estruturas de informação e análise conjuntural**: ensaios. Brasília: Thesaurus, 1980.

PROUDMAN, V. The population of repositories. In: WEENINK, Kasja; WAAIJERS, Leo; VAN GODTSENHOVEN, Karen. **A DRIVER's guide to European repositories**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008. p. 49-102. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/93898>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL. **Kit de políticas open access**. 2009. Disponível em: <http://projeto.rcaap.pt/index.php?option=com_remository&Itemid=2&func=startdown&id=97&lang=pt>. Acesso em: 26 ago 2013.

RODRIGUES, E. Acesso livre ao conhecimento. **Cadernos BAD**, n. 1, p. 24-35, 2004. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/670/1/Cadernos%20BAD%202004.pdf>> Acesso em: 11 jun. 2012.

SUBER, P. Open access policy options for funding agencies and universities. **SPARC Open Access Newsletter**, n. 130, Feb. 2009. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/newsletter/02-02-09.htm>>. Acesso em: 14 set. 2013.

SUBER, P. Removing barriers to research. **College and Research Libraries News**, v. 64, n. 2, Feb. 2003. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/4616/1/acrl.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

SWAN, A. **Policy guidelines for the development and promotion of open access**. Paris: UNESCO, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002158/215863e.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.

SWAN, A. Why Open Access for Brazil? **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 158-171, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/279/166>>. Acesso em: 10 out. 2012.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A. Repositórios Institucionais baseados em Dspace e Eprints e sua viabilidade nas instituições acadêmico-científicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais eletrônico...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/8834/>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

WEITZEL, S. R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/414/227>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

WEITZEL, S. R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.

WEITZEL, S. R. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica**. 2006b. 360 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006b. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-14052009-133509/pt-br.php>>. Acesso em: 7 jan. 2012.